



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

10, 11 e 12 de novembro de
2012

www.sed.sc.gov.br



Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Cidade	Data: 10e11/11/2012
Assunto: Reforço na educação		Página: 08

Notícias do Dia

Reforço na educação

EDINARA KLEY

edinara.kley@noticiasdodia.com

 @Online_ND

Em 2013, a educação pública de Santa Catarina contará com investimentos de até R\$ 70 milhões para a alfabetização de alunos do ensino fundamental, de 1ª a 4ª séries. O valor será liberado pelo governo federal por meio do Pnaic (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa) e aplicado diretamente pelo MEC (Ministério da Educação) na compra de material didático para cerca de 100 mil alunos e custeio de bolsas para 110 orientadores e 2.500 professores.

O foco do programa é alfabetização de alunos com até oito anos, mas a Secretaria de Estado da Educação pretende dar continuidade a outros projetos que tiveram resultados positivos em 2012 e abrangem alunos do ensino médio, fundamental e do EJA (Educação de Jovens e Adultos). Permanência do aluno por mais tempo na escola, prevenção à violência e participação familiar estão na lista. Construção de novas escolas e reforma das já existentes também constam nos planos do secretário de Estado Eduardo Deschamps. Em entrevista ao *Notícias do Dia*, ele faz um balanço da realidade educacional catarinense e fala das pretensões para o próximo ano.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Qual a meta do Pnaic em Santa Catarina?

A meta é que todas as crianças aos 8 anos, quando terminarem de cursar a 3ª série, estejam alfabetizadas em língua portuguesa e matemática.

O programa é voltado à alfabetização coletiva de alunos com até 8 anos. Como serão tratados os casos dos alunos que têm mais dificuldade no aprendizado e não acompanham os colegas?

As escolas precisam se organizar em relação a isso. Esse ano fizemos no ensino médio uma reversão de fluxo, para aqueles alunos que têm idade não correspondente com a série em que estudam, são repetentes ou pararam de estudar. Eles foram desenturmados e colocados em turmas especiais para que conseguissem chegar ao mesmo nível dos outros da sua idade. É um reforço com outro formato. Para o ensino fundamental incentivamos a permanência na escola em tempo integral.

Além de câmeras e guardas da própria escola, reforçamos a segurança no entorno das escolas, com apoio da Polícia Militar.

Onde estão concentrados os maiores problemas de aprendizagem?

As maiores dificuldades são identificadas nas áreas de maior população de baixa renda e com baixo IDH (Índice de Desenvolvimento

Humano). Mas há casos particulares, de escolas com bom desempenho nesse cenário.

A escola pública tem feito apelos para um envolvimento maior da família na escola. Isso está acontecendo?

A participação da família na escola é fundamental para a evolução do aluno. Mas, muitas vezes, os pais também têm dificuldades de se envolver, por causa de sua educação deficiente. Nas cidades menores conseguimos resultados mais efetivos.

Casos de violência nas escolas, envolvendo alunos e professores são expostos na mídia com certa frequência. Como o Estado está trabalhando para tentar mudar essa realidade?

Temos uma política de prevenção da violência trabalhada com uma equipe multidisciplinar nas escolas de tempo integral. Implantamos monitores de pátio, que têm a função de prevenir a violência e orientar os alunos. Além de câmeras e guardas da própria escola, reforçamos a segurança no entorno das escolas, com apoio da Polícia Militar. Na Grande Florianópolis, vamos implantar um projeto com a Secretaria de Assistência Social, para prevenção do uso do crack.

E os professores recebem algum tipo de preparação ou acompanhamento para lidar com essas situações?

Os professores têm de estar preparados para lidar com essa nova geração, que exige uma postura mais firme. Vemos a necessidade de preparar o professor, mas entendemos que temos de investir muito mais no aluno. Esses fatos que aparecem na mídia (de violência contra o professor) são casos muito extremos se compararmos com o número geral de professores em sala de aula, que são cerca de 40 mil.

Com recursos do BNDES, em 2013, vamos construir 18 escolas e reformar outras 80 no Estado.

Quais são as metas da secretaria para 2013?

Há uma lista extensa de metas para o ano que vem. Algumas já começam a acontecer agora, como a instalação do Fórum Estadual de Educação, no dia 22 de novembro, que será o responsável por elaborar o Plano Estadual de Educação. Para 2013, queremos ampliar a escola em tempo integral para ensino fundamental e médio, firmar parceria com o sistema Sesi e dar autonomia de recursos às escolas. Com recursos de BNDES construiremos 18 novas escolas e reformaremos outras 80. Também temos projeto de educação a distância para jovens e adultos, educação prisional e recuperação de escolas indígenas.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.País	Data: 11/11/2012
Assunto: A 6ª pergunta		Página: Online

A NOTÍCIA

A 6ª PERGUNTA

Por que a maioria dos alunos matriculados no último ano do ensino fundamental não aprende o mínimo considerado adequado?

Eles deixam de ser crianças, mas ainda estão distantes da idade adulta. O momento de ruptura caracteriza a etapa da vida em que se encontram os alunos dos anos finais do ensino fundamental. Essa transição, no entanto, ultrapassa a questão comportamental e os novos interesses revelados por esses estudantes. É verificada também, de forma brusca, na mudança da rotina escolar, na indefinição sobre como organizar essa fase da aprendizagem e em preocupantes números – indicadores que refletem um período esquecido entre a primeira fase do ensino fundamental e o ensino médio.

Como resposta a uma combinação de falhas que se arrasta do 6º ao 9º ano – entre elas um incentivo à leitura sem sucesso, um limbo escolar enfrentado por alunos que não recebem e precisam de acompanhamento pedagógico e um currículo desinteressante e limitador –, 85,3% dos jovens matriculados no último ano do ensino fundamental não sabem o mínimo esperado em matemática e 73,8% em língua portuguesa.

Especialistas consultados pela reportagem interpretaram o fraco desempenho revelado pelo Relatório de Olho nas Metas 2011, do movimento Todos Pela Educação, baseado em dados da Prova Brasil e do Saeb 2009 (MEC/Inep).

Nestas páginas, conheça possíveis causas e exemplos inspiradores.

O bom exemplo mineiro

Um município de 13 mil habitantes no Triângulo Mineiro chama a atenção por liderar o ranking nacional para o 9º ano do ensino fundamental de rede municipal no último Ideb. A cidade de Nova Ponte é exemplo em um país onde a educação se arrasta, especialmente a pública.

Ao atingir 6,8 na avaliação, superou em 84% a meta estipulada pelo MEC e dobrou em relação à nota 3,2, obtida dois anos antes. Satisfeita com o resultado, a secretária de Educação, Maria Regina Silva, sabe que o êxito é consequência de uma revolução no ensino, grandiosa, mas não muito complicada.

A receita reúne ideias inovadoras, mas grande parte do sucesso vem de medidas simples como a prática do reforço escolar no contraturno ou 20 minutos antes e depois das aulas. Além disso, professores podem contar com uma gratificação de R\$ 200 no término do mês. O merecimento é medido por meio de avaliações pedagógicas e administrativas da escola juntamente com o parecer do educador.

Conforme a necessidade das turmas, até dois professores podem lecionar a mesma disciplina em classe. E nesse pacote, que ainda inclui programas de incentivo à leitura e ensino de matemática, também está o estímulo para que pais participem do processo de aprendizagem dos filhos.

“No início deste ano, trouxemos o Projeto Família na Escola, no qual os professores visitaram as casas dos alunos para saber dos pais o que esperavam do colégio, quais eram suas propostas, interesses e dificuldades da família”, explica a secretária.

Divididos em duas turmas, 70 alunos frequentam o 9º ano da Escola Municipal de ensino fundamental São Miguel – a 15ª colocada no ranking nacional para os anos finais do fundamental, entre públicas e privadas. Este salto mais do que satisfatório é a prova, da qual a comunidade escolar de Nova Ponte pode se orgulhar: seus estudantes estão adiantados no processo que visa a aprimorar a educação básica no Brasil.



Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Opinião

Data: 12/11/2012

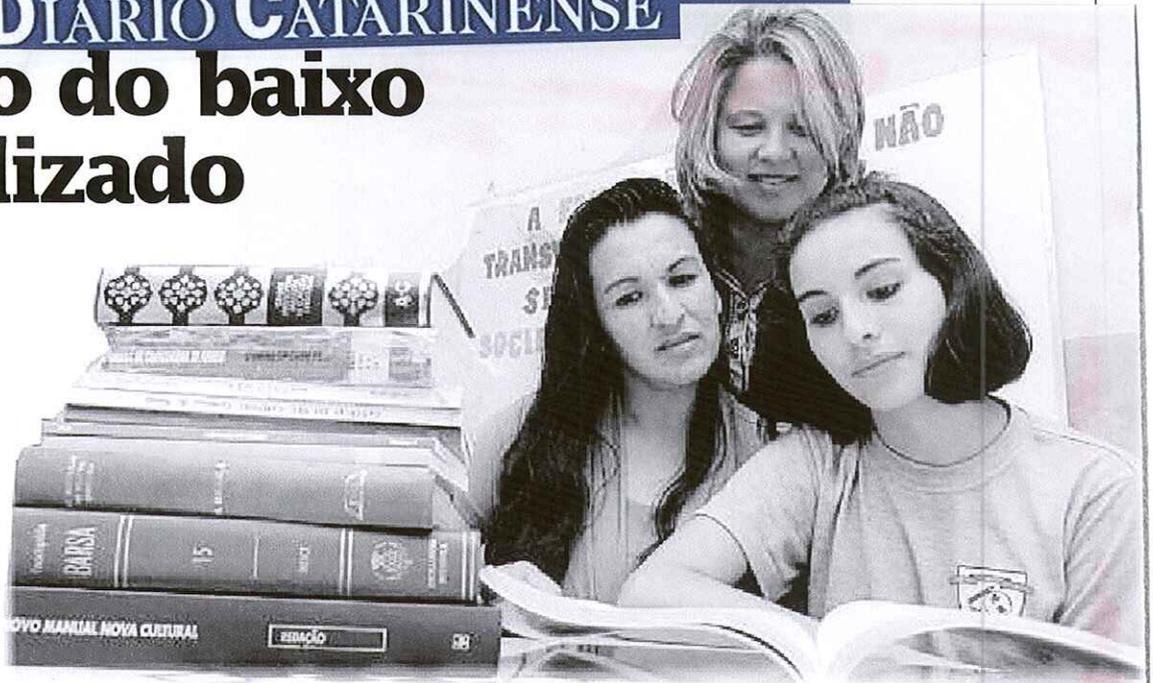
Assunto: A sexta pergunta

Página: 12

DIÁRIO CATARINENSE

Desafio do baixo aprendizado

As diferenças entre os anos iniciais para os finais no ensino fundamental vão além da nomenclatura. A separação entre as duas etapas é bem demarcada: os estudantes deixam de ter um professor para ter vários e entram novas disciplinas, que também mudam de nome. Estudos sociais vira geografia e história. A transição para a maioria dos alunos não é tranquila, o que resulta em dados negativos, como os revelados pelo relatório De Olho nas Metas 2011, do movimento Todos Pela Educação, baseado em dados da Prova Brasil e do Saeb 2009 (MEC/Inep). De acordo com ele, 85,3% dos jovens matriculados no último ano do ensino fundamental no país não sabem o mínimo esperado em matemática e 73,8% em língua portuguesa. Em Santa Catarina, o levantamento mostrou que 69,2% não aprendem o mínimo esperado em português e 80,3% em matemática. Entender por que isso acontece é o questionamento da sexta pergunta da campanha A Educação Precisa de Respostas.



Fátima (E) com a filha Jéssica e a diretora Laudiceia: escola de Lages aproximou os pais da instituição e conseguiu melhorar o desempenho no Ideb

Envolvimento é o segredo do sucesso

PABLO GOMES

Lages

Quando recebeu o resultado do Ideb de 2009, relativo às séries finais do ensino fundamental, a Escola de Educação Básica Professor Egídio Baraúna, em Lages, levou um susto. A nota de 2,6 pontos ficou muito abaixo dos 4,6 planejados. Em 2011, uma nova surpresa, desta vez positiva. A escola alcançou Ideb 4,5, que a deixou entre as quatro do Estado que

mais evoluíram entre 2009 e 2011.

Uma parada pedagógica para rever conceitos e buscar soluções foi necessária. Projetos começaram a ser colocados em prática. As matérias passaram a ser trabalhadas interdisciplinarmente, com a matemática aliada ao xadrez, por exemplo, a fim de estimular o raciocínio; história com textos de interpretação para auxiliar o português. E a comunidade foi envolvida, bem como os pais.

Tendo a disciplina como eixo cen-

tral, o almoço na escola, oficinas, fanfarra, canto, horta escolar e reforço de matemática e português viraram rotina. Um quadro na entrada destaca os direitos e os deveres dos alunos. E a Polícia Militar é convidada a ministrar palestras sobre o perigo das drogas.

– O nosso Ideb era baixo porque o envolvimento da família era pequeno. Percebíamos que alguns pais sequer abriam os cadernos dos filhos. Não acredito em escola sem a família junto – diz a diretora Laudiceia

Aparecida Costa, 44 anos.

Um exemplo positivo é a aluna Jéssica Reis, 12 anos, da 7ª série, cuja mãe, Fátima Reis, 40 anos, é professora e participante ativa.

– Gosto da minha mãe aqui, pois ajuda no meu rendimento e me dá mais segurança – diz Jéssica.

– A escola é um complemento para o ensino, pois a educação deve vir de casa – conclui Fátima.

pablo.gomes@diario.com.br

1

ACOMPANHAMENTO

Acostumados com o apoio e atenção de poucos ou até mesmo de apenas um professor, os alunos ingressam na pluralidade que caracteriza os anos finais do ensino fundamental. As disciplinas tornam-se ainda mais específicas e, para cada uma delas, há um professor diferente. Se, por um lado, a diversidade de educadores possibilita aprofundamento e maior dedicação ao conteúdo que deve ser lecionado, por outro, acarreta uma dispersão na atenção conferida ao aluno.

A partir do 6º ano, o conhecimento do histórico, dos avanços e dos recuos de cada estudante em sala de aula deveria ser tarefa de um coordenador pedagógico, função raramente ocupada em escolas públicas e particulares do país.

– Nos anos finais, eles passam a ser mais um dentro de um universo de alunos para o qual cada professor se dedica. A ausência de um projeto pedagógico, que acolha essas crianças e adolescentes e mostre a importância e o porquê dessa pluralidade, impede a interdisciplinaridade e dificulta a atração do aluno pelo ensino – acredita o conselheiro do Todos Pela Educação, Mozart Neves Ramos.

Exercício

Nos anos iniciais do ensino fundamental, os índices do Ideb costumam ser mais altos. Na avaliação de 2011, a cidade catarinense Iporã do Oeste alcançou o índice de 7,4. Nos anos finais, esses números caem, alertando para os problemas desta etapa do aprendizado.

MUNICÍPIOS DE SC COM OS MAIORES ÍNDICES NO IDEB 2011

Anos iniciais do ensino fundamental (rede municipal)		Anos finais do ensino fundamental (rede municipal)	
Iporã do Oeste	7,4	São José do Cedro	6,4
Tunápolis	7,2	Treze Tílias	6,3
Ipira	7,0	Piratuba	6,1
Água Doce	6,9	Ipirá	5,9
Lindoia do Sul	6,9	Iporã do Oeste	5,9

Números nacionais do Ideb 2011	
Média dos anos iniciais do fundamental (rede municipal)	4,7
Média dos anos finais do fundamental (rede municipal)	3,8

Tema de casa

■ Apoio contínuo: as dificuldades de aprendizagem têm de ser trabalhadas assim que aparecem em sala de aula, evitando que se acumulem para o fim do ano.

■ Aulas no contraturno ou turmas flexíveis podem ser uma boa solução para alunos da mesma série ou ciclo que precisem de reforço em conteúdos de determinada disciplina.

■ Outra alternativa é a monitoria aluno-aluno, em que os próprios colegas atuam como monitores, prática que, além de eficiente, estimula a cooperação entre os estudantes.

■ Exemplo: o sistema adotado na Finlândia, por exemplo, país de destaque nos rankings educacionais, prevê que cada escola tenha um professor especializado em reforço escolar para cada sete turmas regulares (os docentes costumam encaminhar, em média, 30% dos matriculados para aulas no contraturno).

■ A escola deve entender quem é e o que pensa o adolescente e desenvolver uma visão do estudante pautada nas necessidades específicas da faixa etária



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

2

FALTA LEITURA

Na opinião de Ocimar Munhoz Alavarse, professor da Faculdade de Educação da USP, as dificuldades com leitura explicam, em parte, por que a maioria dos alunos dos anos finais do ensino fundamental não aprendem o mínimo considerado adequado:

– As dificuldades começam nos primeiros anos de escolarização. E como faltam profissionais com capacidade para desenvolver tal competência, o problema acaba sendo cumulativo e tende a dificultar o aprendizado dos alunos. É como se eles não tivessem as condições necessárias para aprender.

Exercício

Crianças e adolescentes estão lendo menos livros. Confira os índices de leituras de livros desse grupo:

IDADE	LIVROS POR ANO	
	2007	2011
5 a 10 anos	6,9	5,4
11 a 13 anos	8,5	6,9
14 a 17 anos	6,6	5,9

87% dos considerados não leitores nunca foram presenteados com livros na infância

63% deles nunca viram a mãe lendo, e a porcentagem vai para 68% quando se trata do exemplo paterno

Fonte: pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, realizada pelo Instituto Pró-Livro em 2011

Tema de casa

Algumas atitudes na família podem melhorar a relação da criança com a leitura:

- A leitura deve ser estimulada nas crianças desde os primeiros anos de alfabetização.
- Leia com o seu filho, pergunte como ele compreendeu o livro e estimule que conte a história a outros colegas.
- Adquirir livros com assuntos de interesse da criança, sempre atento à faixa etária.

3

CURRÍCULO CHATO

Altamente plugada na tecnologia, a geração que chega à escola está mais ativa, rápida e informada. No entanto, na definição de João Batista Oliveira, presidente do Instituto Alfa e Beto, o currículo das escolas ainda é muito “chato” para os estudantes desta faixa etária e com estas características. O adjetivo explicaria a queda no índice que reflete o rendimento em sala de aula no caminho percorrido entre os nove anos do ensino fundamental.

Ao ingressar na etapa final, por volta dos 11 anos, o aluno vive uma fase de transição, de novos interesses e curiosidades que, quase nunca, são contemplados pela escola. Soma-se a isso, a falta de liberdade.

Se frequentar escolas em busca de educação não fosse uma opção tomada pelo alunos, mas imposta a eles desde os primeiros anos de vida, o ensino tornaria-se mais atrativo se pudesse ser direcionado, ainda que minimamente, aos interesses particulares de cada um.

– É preciso fazer ter um currículo interessante nas escolas, estruturado e organizado, com articulações muito mais interessantes. É necessário que se dê o mínimo de liberdade. Com ela, o aluno acaba investindo naquilo que gosta – defende Oliveira.



Estudantes de Nova Ponte, no Triângulo Mineiro, conquistaram um Ideb de 6,8 nos anos finais do ensino fundamental

O bom exemplo mineiro

Um município de 13 mil habitantes no Triângulo Mineiro chama a atenção por liderar o ranking nacional para o 9º ano do ensino fundamental de rede municipal, no último Ideb. A cidade de Nova Ponte é exemplo em um país onde a educação se arrasta, especialmente a pública.

Ao atingir 6,8 na avaliação, superou em 84% a meta estipulada pelo MEC e dobrou em relação à nota 3,2, obtida dois anos antes. Satisfeita com o resultado, a secretária de Educação, Maria Regina Silva, sabe que o êxito é consequência de uma revolução no ensino, grandiosa, mas não muito complicada.

A receita reúne ideias inovadoras, mas grande parte do sucesso vem de medidas

simples como a prática do reforço escolar no contraturno ou 20 minutos antes e depois das aulas. Além disso, professores podem contar com uma gratificação de R\$ 200 no término do mês. O merecimento é medido por meio de avaliações pedagógicas e administrativas da escola juntamente com o parecer do educador.

Conforme a necessidade das turmas, até dois professores podem lecionar a mesma disciplina em classe. E nesse pacote, que ainda inclui programas de incentivo à leitura e ensino de matemática, também está o estímulo para que pais participem do processo de aprendizagem dos filhos.

– No início deste ano, trouxemos o

projeto Família na Escola, no qual todos os professores visitaram as casas dos alunos para saber dos pais o que esperavam da escola, quais eram suas propostas, os interesses e as dificuldades presentes na família – explica a secretária.

Divididos em duas turmas, 70 alunos frequentam o 9º ano da escola municipal de ensino fundamental São Miguel – a 15ª colocada no ranking nacional para os anos finais do fundamental, entre públicas e privadas. Este salto mais do que satisfatório é a prova, da qual a comunidade escolar de Nova Ponte pode se orgulhar: seus estudantes estão adiantados no processo que visa a aprimorar a educação básica no Brasil.

Exercício

Pesquisa divulgada pela Birmingham Science City, na Grã-Bretanha, em março deste ano, mostra que o perfil dos alunos está mudando com a influência tecnológica. Crianças e adolescentes de seis a 15 anos agora confiam mais no Google do que nos próprios pais e professores quando o assunto é conhecimento:

- 54% deles têm o Google como a primeira alternativa quando surge uma dúvida, somente 3% buscam a ajuda de professores quando precisam de uma resposta.
- 25% das crianças não sabem o que é uma enciclopédia. Uma em cada 10 acredita que seja algo com o qual seja possível cozinhar ou executar uma operação.
- 91% afirmaram usar o Google. Destes, 47% fazem buscas no site pelo menos cinco vezes ao dia e, quando o Google não esclarece as dúvidas, 20% buscam respostas no Wikipedia.
- Um terço das crianças e adolescentes usam tablets ou computadores para ler livros e preferem se comunicar digitalmente, por meio de mensagens via celular (47%), redes sociais (46%) ou e-mail (27%).

Tema de casa

É preciso reinventar a escola: 40% dos jovens entre 15 e 17 anos que deixaram de estudar o fizeram por considerar a escola desinteressante, segundo o estudo *Motivos da Evasão Escolar*, realizado pela Fundação Getúlio Vargas (RJ) em 2009.

Como chegar lá? Além da infraestrutura tecnológica, também se exige das escolas uma veloz revolução nas metodologias de ensino capazes de sedimentar uma estrada sólida para a Educação 3.0 – termo amplamente disseminado por pensadores como o americano Jim Lengel, professor da Universidade de Nova York. Confira algumas características da Educação 3.0:

- Os alunos têm autonomia para buscar aprender. Cabe ao professor propor desafios.
- Ler e escrever são habilidades básicas nesta nova educação. É preciso conectar ideias, explorar possibilidades e prever.
- É essencialmente interdisciplinar, por isso os professores devem conversar e discutir os temas a serem abordados.
- Instiga os alunos a pesquisarem na internet. Com isso, a capacidade de discernir sobre a autenticidade de uma informação é desenvolvida.
- Aproveita os dispositivos móveis. Por meio do smartphone, o estudante pode ouvir podcasts. ■



A SEXTA PERGUNTA

A sexta e última questão da campanha institucional A Educação Precisa de Respostas, do Grupo RBS – “Por que a maioria dos alunos matriculados no último ano do Ensino Fundamental não aprende o mínimo considerado adequado?” – tem muito a ver com as dificuldades enfrentadas posteriormente no Ensino Médio. Os resultados mais recentes do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) demonstram que, nos primeiros nove anos de aprendizado, o país vem superando as metas do Ministério da Educação (MEC). Ainda assim, as falhas de quem chega a esse estágio são tantas, que a continuidade do ensino, muitas vezes, fica irremediavelmente prejudicada. A alternativa vai depender da capacidade da sociedade de encontrar uma resposta à altura para esta indagação da campanha por mais qualidade no ensino.

É preocupante e ao mesmo tempo inaceitável que, como demonstram as avaliações oficiais, um percentual tão expressivo de alunos chegue ao final da primeira etapa de ensino, equivalente ao antigo ginásio, sem dominar questões elementares de português e matemática no dia a dia. Como é possível imaginar que um estudante alcance o Ensino Médio sem conseguir resolver problemas com números inteiros e racionais? Ou, então, sem condições de identificar os elementos que constroem a narrativa de um texto, por exemplo? Um ponto de partida importante para a resposta pode estar numa simples constatação: de maneira geral, há avanços nas séries iniciais, que infelizmente não se repetem nos demais. Entre as tentativas de explicação, portanto, estará sempre a dificuldade de motivar os alunos e de mantê-los interessados pelos conteúdos ministrados.

Independentemente de origem ou condição social, a maioria das crianças e adolescentes demonstra hoje

mais interesse por smartphones do que por livros e, diante de uma dúvida, costuma consultar mais sites de busca na internet do que o próprio professor. Por melhor preparado que seja o educador, como motivar uma geração impactada pelos avanços tecnológicos a absorver conteúdos nem sempre interessantes com base em cadernos, enciclopédias em papel, informações rabiscadas a giz no quadro-negro? E isso sem falar em grande parte do conteúdo, que apesar das aceleradas transformações, pouco difere do aprendido por gerações anteriores à revolução digital.

A adequação do aprendizado à série cursada no Ensino Fundamental é um desafio que o país não tem como adiar, pois se constitui num pressuposto para a melhoria da qualidade da educação. Essa missão depende de determinação por parte do poder público, que só será bem-sucedido se puder contar com uma colaboração decisiva dos pais e, obviamente, dos educadores.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Visor	Data: 12/11/2012
Assunto: Reforma já		Página: 03

DIÁRIO CATARINENSE

REFORMA JÁ

Cerca de 100 pessoas se reuniram na manhã de sábado no Calçadão da Praça João Costa, em Lages, para uma manifestação por reformas nas escolas estaduais da cidade serrana. Eles também lutam contra a demolição da Escola de Educação Básica Aristiliano Ramos.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: A Notícia

Editoria: Opinião

Data: 10/11/2012

Assunto: Pacto pela alfabetização

Página: 03

A NOTÍCIA

Pacto pela alfabetização

É grandioso o desafio lançado esta semana pelo governo federal, na tentativa de recuperar pelo menos parte do tempo que o país perdeu ao desprezar a alfabetização como lastro elementar de tudo o que se pretenda fazer em nome da educação. O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, que pretende habilitar para a leitura e a escrita todas as crianças de até oito anos, que estejam concluindo o terceiro ano, já tem a cumplicidade de Estados e municípios. Crianças mal alfabetizadas ou que chegam ao terceiro ano sem compreenderem nada do que estão lendo fazem parte de um contingente muito maior do que poderia ser considerado razoável.

O governo calcula, com base em dados de 2010, que 15,2% das crianças nessa faixa etária eram analfabetas. O quadro seria ainda mais desalentador se levadas em conta estimativas de especialistas, segundo as quais metade dos estudantes chega ao final do terceiro ano sem saber ler e escrever. A exclusão social inicia-se nesse momento, quando a criança que nada aprendeu, mesmo tendo frequentado uma escola, dificilmente conseguirá mudar sua realidade e a dos próprios pais. É nesse contexto que devem ser consideradas as frustrações da criança e também de seus familiares. Reverter esse cenário é uma tarefa a que a presidente pretende se dedicar como uma obsessão.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: A Notícia

Editoria: Opinião

Data: 12/11/2012

Assunto: A sexta pergunta

Página: 03

A NOTÍCIA

A sexta pergunta

A sexta e última questão da campanha institucional A Educação Precisa de Respostas, do Grupo RBS – “Por que a maioria dos alunos matriculados no último ano do ensino fundamental não aprende o mínimo considerado adequado?” –, tem muito a ver com as dificuldades enfrentadas posteriormente no ensino médio. Os resultados mais recentes do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) demonstram que, nos primeiros nove anos de aprendizado, o País vem superando as metas do Ministério da Educação (MEC). Ainda assim, as falhas de quem chega a esse estágio são tantas, que a continuidade do ensino, muitas vezes, fica irremediavelmente prejudicada.

A alternativa vai depender da capacidade da sociedade de encontrar uma resposta a altura para esta indagação da campanha por mais qualidade no ensino.

Por mais bem preparado que seja o educador, como motivar uma geração impactada pelos avanços tecnológicos a absorver conteúdos nem sempre interessantes com base em cadernos e informações rabiscadas a giz no quadro-negro?

A adequação do aprendizado à série cursada no ensino fundamental é um desafio que o País não tem como adiar. Essa missão depende de determinação por parte do poder público, que só será bem-sucedido se puder contar com uma colaboração decisiva dos pais e dos educadores.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Revista Época	Editoria: Educação	Data: 11/11/2012
Assunto: Um pacto pelo futuro do país		Página: Online



UM PACTO PELO FUTURO DO PAÍS

O governo federal, os estados e municípios trabalharão juntos para que todas as crianças estejam alfabetizadas até os 8 anos de idade

Aos 6 anos, Isaac Sobral lê, escreve, interpreta textos simples e faz operações matemáticas básicas de soma e subtração. Isaac estuda no Colégio Militar Dom Pedro II, em Brasília, ligado ao Corpo de Bombeiros. De acordo com o Ministério da Educação, no ano passado a Escola obteve a melhor média de notas entre as Escolas públicas de Ensino fundamental do Distrito Federal. No Dom Pedro II, as crianças começam a se familiarizar com palavras e números aos 4 anos. É por isso que, dois anos depois, leem com facilidade e não se perdem nas contas quando recebem mesada dos pais.

Isaac e seus colegas de Escola podem ser considerados privilegiados. O único teste realizado em âmbito nacional até hoje, para aferir a qualidade da Alfabetização de crianças até 8 anos, apresentou resultados preocupantes. Quase metade dos estudantes não sabia ler e escrever apropriadamente. Seis em cada dez demonstraram dificuldade extrema com a matemática. Aplicado pela ONG Todos Pela Educação, o teste mostrou que as crianças das Escolas públicas e das regiões Norte e Nordeste tiveram as piores notas entre os que realizaram a prova.

Na semana passada, a presidente Dilma Rousseff lançou o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), com a intenção de mudar essa situação vergonhosa. O plano consiste numa parceria do governo federal com Estados e municípios para alfabetizadores, distribuir material didático voltado à Alfabetização de quase 8 milhões de crianças e avaliar os Alunos, por meio de provas, para descobrir se os investimentos alcançaram o objetivo desejado. “O Pacto é o ponto de partida para que os brasileiros tenham oportunidades de competir em igualdade de condições”, afirmou Dilma. A presidente defendeu a Educação em período integral, com aulas de reforço em português e matemática além do tempo em sala de aula. “Não há país no mundo que tenha conseguido igualdade de condições sem a Educação em tempo integral.”

O governo mobilizou 34 universidades federais para formar Professores alfabetizadores, com direito a bolsas de incentivo para se dedicar às atividades de formação. Mais de 5.200 municípios aderiram ao pacto. Nos próximos dois anos, estão previstos investimentos de R\$ 2,7 bilhões e a distribuição de 60 milhões de livros didáticos e jogos pedagógicos. Como forma de estimular as melhores práticas, o governo afirma que garantirá R\$ 500 milhões em prêmios para as Escolas e os Professores que obtiverem os melhores resultados. De acordo com a diretora executiva da ONG Todos Pela Educação, Priscila Cruz, o Pnaic poderá mudar a situação do Ensino no país. “Crianças que não são bem alfabetizadas têm sérias dificuldades



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

de aprendizado nos anos seguintes. Boa parte delas abandona os estudos”, afirma. “E essas deixam de atingir a cidadania de forma plena. O Pnaic tem a ambição de corrigir isso.”

O Pnaic foi inspirado no Programa de Alfabetização na Idade Certa (Paic), criado pelo governo do Ceará em 2007. O governo cearense passou a cooperar com os municípios, responsáveis por administrar a maior parte das Escolas alfabetizadoras. Até então, os municípios cearenses e o governo do Estado não interagiam. Os grandes prejudicados eram os estudantes. A partir do Paic, o governo estadual definiu o conteúdo programático das Escolas, passou a treinar Professores e a oferecer o material didático, além de avaliar os resultados. A média de notas no Ceará, de acordo com o índice de Desenvolvimento da Educação básica (Ideb), subiu de 3,2 para 4,9 - patamar equivalente ao verificado no Rio de Janeiro e no Espírito Santo e o mais alto do Nordeste.

A maior diferença entre o programa cearense e o federal é a idade. O compromisso do governo cearense é alfabetizar os Alunos até os 7 anos, enquanto o Pnaic prevê fazer isso até os 8 anos. Críticos do programa federal afirmam que a idade é elevada demais. O ideal é que as crianças sejam alfabetizadas entre 6 e 7 anos. O exemplo de Isaac e seus colegas prova que é possível alfabetizar antes dos 8 anos. Mas isso não tira méritos do plano. “É um teto. Ninguém está proibindo que a Alfabetização seja feita antes”, diz Inês Miskalo, coordenadora de Educação do Instituto Ayrton Senna. “Com essa margem maior, fica mais fácil atingir o resultado.”

O único ponto frágil do Pnaic é que ele não estabelece prazo para que 100% das crianças sejam alfabetizadas até os 8 anos. “Sem prazo, fica mais difícil cobrar o cumprimento do Pacto”, diz Priscila. É preciso acompanhar com rigor os compromissos do Pnaic para que não se percam ao longo dos anos. Isaac e seus colegas da Escola Dom Pedro II não podem continuar sendo exceção no Brasil.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Correio Braziliense - DF	Editoria: Educação	Data: 12/11/2012
Assunto: Educação leva à mobilidade social		Página: Online

CORREIO BRAZILIENSE

EDUCAÇÃO LEVA À MOBILIDADE SOCIAL

Estudo do Banco Mundial revela que pessoas que passaram mais tempo na escola foram as principais beneficiadas por aumento de renda na América Latina

Ficou pronto na sexta-feira um novo estudo do Banco Mundial, com o título Economic Mobility and the Rise of the Latin American Middle Class (em português, Mobilidade econômica e a ascensão da classe média). O calhamaço de 200 páginas pode ser comprado on-line pelo site da instituição por US\$ 25,95. O Brasil não está na lista dos países contemplados por um desconto de 20% na venda da publicação, afinal, como constata o próprio estudo, não se enquadra no perfil de um país de baixa renda.

O crescimento da classe média aqui está longe de ser uma novidade. Mas o estudo traz muitas informações relevantes sobre esse tema, ainda não esgotado. Em primeiro lugar, coloca as coisas em perspectiva. Os brasileiros tendem a olhar para o próprio umbigo sem perceber que fazemos parte de um contexto maior — comportamento que corretamente criticamos nos norte-americanos, sem, contudo, fazermos autocrítica.

O fato é que a classe média não cresceu só no Brasil, mas também nos nossos vizinhos. Em 2003 era composta por 103 milhões de pessoas em toda a região. Em 2009, passou a incluir 152 milhões, um crescimento de 48%. Hoje, 30% dos latino-americanos estão nesse estrato social e econômico.

A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) usa outros critérios de renda e vê 275 milhões de pessoas na classe média da região, o que equivale a metade da população. No Brasil, a Fundação Getúlio Vargas chegou a resultado semelhante, apontando 53% dos brasileiros no que chamamos de classe C.

Mudança de classe

Mais importante do que quantificar essa camada social, o estudo do Banco Mundial mostra que 43% dos latino americanos mudaram de classe entre meados dos anos 1990 e o final da década passada. E ainda mais relevante é mostrar o quanto essa evolução foi desigual. As pessoas que passaram mais tempo Escola foram as principais beneficiadas por aumento de renda na América Latina.

O problema é que a presença na sala de aula não depende de fatores aleatórios. Há, estatisticamente, uma forte correlação positiva entre lacunas de Ensino dos pais e dos filhos. Em um ciclo vicioso dos mais perversos, os problemas de aprendizado se transformaram aqui em doença hereditária.

São frequentes os exageros quanto às expectativas do que a Educação pode fazer para melhorar a trajetória das pessoas e o desempenho econômico dos países em que vivem. Demonstração disso é que a Europa, onde está talvez a maior parte das boas Escolas do planeta, segue em queda indefinida, sem descobrir o fundo do poço. É bom lembrar que não existe apenas um tipo de Ensino. São muitas as formas diferentes de informar e de aperfeiçoar talentos, ou então de miná-los por treino equivocado.

Sociedades com baixíssimo nível educacional como a nossa, porém, são as que têm mais a ganhar com o aumento da Escolaridade dos cidadãos, qualquer que seja o método de Ensino. A presença das crianças na Escola tem crescido — graças, entre outros fatores, à condicionalidade estabelecida por



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

programas de transferência de renda. Mas não basta sentar as crianças diante de um Docente. É preciso que elas realmente aprendam.

Como melhorar

O debate sobre qualidade na Educação inclui muitos riscos, sobretudo o de embarcarmos na conversa dos vendedores de ilusões. Principalmente, os de equipamentos. Eles alardeiam a certeza de que não pode existir Escola com giz e quadro negro no século 21. Pode sim. Diante das carências da maior parte das Escolas do país, há muito o que melhorar independentemente da tecnologia. É claro que é o ideal é fazer tudo juntamente: melhorar a saúde dos Alunos, os edifícios das Escolas, os equipamentos e os profissionais de Ensino. O que não se pode é achar que o computador vai proporcionar a maior parte desse ganho.

Grande parte da qualidade da Educação depende da formação do Professor e de seu estímulo para fazer um bom trabalho. Mas até nesse ponto há risco de embarcar em falsas ideais. A falácia corporativa nesse caso sugere que aumento de salário irá resultar em ganho proporcional de qualidade no Ensino. Não é assim. Embora a remuneração seja um poderoso instrumento de incentivo, qualquer pessoa que tenha conhecimento razoável em recursos humanos sabe que isso não funciona se for concedido indiscriminadamente. Ganhos salariais devem ser associados a metas de desempenho e de capacitação profissional. O bônus deve ser maior para os Professores que fazem pós-graduação, os que não faltam e os que conseguem fazer os Alunos aprenderem.

Há uma falácia que abarca as duas anteriores. É a do aumento das despesas com Educação em relação ao Produto Interno Bruto (PIB, simplificado em o que se produz em um ano) do Brasil. Discute-se, no Congresso Nacional, a meta de elevar o atual patamar de 5% para 10%.

O país precisa mesmo é de metas de aumento de qualidade na Educação, o que exige, aliás, sofisticação bem maior do que o exercício aritmético sugerido no aumento das despesas em relação ao PIB. Talvez o país consiga chegar lá. Algo que atrapalha muito é que as lacunas de formação dos brasileiros prejudicam o próprio debate que tentam empreender sobre a Educação. E os tornam mais vulneráveis aos vendedores de ilusões. Eles sim, em geral, muito bem educados.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 11/11/2012
Assunto: Investimento em educação é debatido no senado		Página: Online

O ESTADO DE S. PAULO

INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO É DEBATIDO NO SENADO

Valorização do magistério e proposta de 10% do PIB para Educação foram discutidos 6ª-feira

Em discussão no Senado, a proposta do Plano Nacional de Educação (PNE) vem reacendendo o debate sobre o investimento em educação no Brasil. Com a meta de destinar 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para o setor já aprovada pela Câmara, especialistas e políticos conversaram na sexta-feira, 9, sobre a necessidade e os impactos desse financiamento para o País.

Em audiência pública, o professor e pesquisador do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) Waldery Rodrigues Júnior alertou para a necessidade de se discutir a forma de aplicação dos recursos. “Isso é muita coisa, um valor elevado e que precisa ser discutido”, comentou o especialista. Para ele, tão importante quanto a quantidade é a qualidade do investimento.

Além da audiência, o Senado também foi palco do seminário Gestão Escolar, promovido pela Frente Parlamentar Mista para o Fortalecimento da Gestão Pública. No evento, foram apresentados exemplos de boa gestão e discutidas propostas para aprimorar o PNE. A Escola Sesc de Ensino Médio, do Rio, foi um dos destaques apresentados no evento.

O colégio funciona como uma “escola-residência” e abriga alunos de todas as partes do País com bolsa integral: eles não pagam nada para cursar o ensino médio com um programa acadêmico individualizado em turmas de no máximo 15 alunos. Situada na 23.ª posição no ranking nacional do Enem, a escola possui média de 95% de aprovação nos vestibulares, segundo o diretor substituto da instituição, Antônio Viveiros.

O horário integral e a infraestrutura adequada apresentados pela escola do Sesc também estão na proposta de federalização da educação básica, defendida pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF). No seminário, ele aproveitou ainda para defender a valorização dos professores e a criação da carreira nacional do magistério, outro tema presente em sua proposta. Para o senador, o salário dos professores deveria ser de R\$ 9 mil, e eles deveriam ser submetidos a avaliações periódicas. “Ele é estável em relação aos outros, mas instável com relação a ele próprio”, disse sobre a carreira do magistério.

Para Walter Garcia, um dos fundadores do Instituto Paulo Freire que esteve presente no seminário, de nada adianta fazer cálculos matemáticos se o País não for capaz de enxergar o essencial: um salário que atraia e mantenha as pessoas mais capazes na carreira docente. “Isso implica decisões políticas corajosas. Investir no professor salva o PNE, que está sendo discutido agora, e salva o País de mais um fracasso anunciado”, afirmou.

A valorização dos professores foi um consenso. Contudo, o deputado Luiz Pitiman (PMDB-DF), presidente da frente parlamentar mista, alegou que o simples esforço financeiro não é suficiente para resolver os problemas da educação no Brasil. A melhor saída, segundo ele, é o caminho da profissionalização e meritocracia, com incentivo aos professores, diretores, alunos e toda a comunidade escolar para que continuem em busca da melhoria na educação.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1	Editoria: Vestibular e Educação	Data: 12/11/2012
Assunto: País premiará alfabetizadores com bons resultados com as crianças		Página: Online



VESTIBULAR E EDUCAÇÃO

PAÍS PREMIARÁ ALFABETIZADORES COM BONS RESULTADOS COM AS CRIANÇAS

Governo lançou o "Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa". Objetivo é fazer com que as crianças sejam alfabetizadas até os 8 anos

A presidente Dilma Rousseff disse na manhã desta segunda-feira (12), durante seu programa de rádio "Café com a Presidenta", que o país vai investir R\$ 2,7 bilhões até 2014 na formação dos professores, na compra de livros e na avaliação do aprendizado das crianças. O objetivo, segundo ela, é fazer com que as crianças sejam alfabetizadas até os 8 anos. De acordo com Dilma, os 360 mil alfabetizadores do Brasil vão receber uma bolsa de R\$ 200 para fazer um curso de formação e o governo vai dar prêmios em dinheiro para os professores e escolas que tiverem os melhores resultados.

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa foi lançado na semana passada. "O objetivo é fazer com que todas as crianças do nosso país sejam alfabetizadas até os 8 anos. Isso quer dizer que, com essa idade, toda criança vai ter de saber ler, escrever, interpretar um texto simples, somar e subtrair, e ter noções de multiplicar e dividir", afirmou Dilma.

Para a presidente, a missão não é fácil. "Nós temos um imenso desafio pela frente, porque, hoje, 15% das nossas crianças com 8 anos não conseguem interpretar um texto ou fazer as contas básicas. Por causa dessa dificuldade, elas não conseguem aprender as outras matérias. Muitas são reprovadas, algumas até abandonam a escola. Essa insuficiência no aprendizado está na raiz da desigualdade e da exclusão. Alfabetização na Idade Certa vai ajudar toda criança a ter o aprendizado adequado para continuar estudando."



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Segundo Dilma, o professor tem papel importante na alfabetização da criança. “A professora ou o professor alfabetizador são os heróis dessa nossa história. Por isso, temos que valorizá-los, e isso significa premiá-los, assegurar bolsas de estudo e condições adequadas de trabalho. Nós vamos investir mais de R\$ 2,7 bilhões até 2014 na formação dos professores, na compra de livros e também na avaliação do aprendizado das nossas crianças.”

Dilma afirmou ainda que o país vai ajudar a melhorar a formação dos alfabetizadores. “Vamos oferecer cursos para os 360 mil alfabetizadores. Os cursos estão sendo preparados por 34 universidades e serão ministrados, uma vez por mês, na cidade do professor. Vamos pagar para cada alfabetizador uma bolsa que vai começar em R\$ 200 por mês para ajudar nas despesas com o deslocamento e alimentação. Todos os professores são importantes, mas os 360 mil alfabetizadores do Brasil são os mais importantes porque estão formando a base”, disse.

Prêmios

De acordo com Dilma, os resultados farão com que os professores ganhem prêmios. “Vamos premiar os melhores resultados. Para isso, vamos usar os resultados da avaliação que faremos no final do próximo ano com os alunos de todo o Brasil. Nós já reservamos R\$ 500 milhões para essa premiação, pois achamos que o Brasil deve reconhecer e valorizar as melhores práticas educacionais, os melhores professores e as escolas mais bem sucedidas.”



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: O Globo	Editoria: Educação	Data: 12/11/2012
Assunto: A meritocracia como método para melhorar a educação		Página: Online



A MERITOCRACIA COMO MÉTODO PARA MELHORAR A EDUCAÇÃO

Dois artigos sobre o tema

Editorial: Compromisso com o ensino

Até 2009, o Ensino médio estadual do Rio de Janeiro patinava num melancólico penúltimo lugar do Índice de Desenvolvimento da Educação básica, que mede o desempenho das redes públicas de Ensino do país. Nos dois anos seguintes, o estado teve uma melhoria sensível, pulando para o 15º lugar entre as 27 redes estaduais. O Rio de Janeiro, que até então ficara estagnado numa pontuação de 2,8 do Ideb, registrou, nesse período de avanço, um crescimento de 0,4 ponto, alcançando a nota de 3,2. Uma boa performance, mas ainda assim a Educação fluminense permanece abaixo da média nacional (de 3,7), ocupando a última posição entre os estados da Região Sudeste. São números positivos se avaliados apenas pela nota obtida na aferição mais recente. Mas, traduzidos para a realidade das salas de aula, evidenciam que ainda há muito o que fazer para melhorar os índices de desempenho do estado. Implicitamente, o governador Sérgio Cabral assume essa perspectiva: sua meta declarada é colocar o Rio de Janeiro no top 5 nacional em 2014.

Para chegar lá, o estado precisa investir mais no setor. Para essa empreitada, devem-se atacar as demandas em duas frentes. Uma, é a melhoria física das Escolas e a ampliação da oferta de vagas, onde for necessário, com a criação de novas salas de aula, entre outras providências materiais de responsabilidade exclusiva do governo; a outra são a valorização e o aperfeiçoamento dos profissionais do Ensino, missão que deve ser compartilhada entre o poder público e a própria categoria.

Em relação a este segundo ponto, do qual depende a qualidade do Ensino, é positiva a iniciativa da Secretaria estadual de Educação de implementar, já a partir deste mês, um projeto-piloto para medir a eficiência dos Professores nas salas de aula. Cerca de cem Escolas da rede fluminense serão visitadas por coordenadores pedagógicos designados pela secretaria e treinados pelo Banco Mundial, para elaborar um mapa de onde atuam os melhores mestres do estado.

O projeto já foi testado em mil Escolas de Minas, Pernambuco e do município do Rio. Em Washington, um programa semelhante descobriu uma fornada de excelência nas salas de aula e, aplicando-se a meritocracia, os salários dos bons mestres dobraram.

Apesar de a meritocracia beneficiar as duas pontas do Ensino (os Alunos e os mestres), sua adoção é objeto de críticas dos tradicionais bolsões corporativistas. Questiona-se a validade de um modelo que estimula o crescimento profissional, contrapondo-se a essa salutar prática de incentivo ao saber e à competência a renitência sindical a quaisquer iniciativas que ponham em xeque anacrônicos privilégios do funcionalismo. A melhoria do perfil educacional do estado deve juntar governo e agentes educacionais, sem brechas para ideais que perpetuam o atraso nas salas de aula.

Cadê o diálogo?

Alex Trentino

Há mais de duas décadas, o Sepe denuncia os graves problemas da Educação estadual no Rio de Janeiro. Baixos salários, turmas superlotadas, falta de infraestrutura e o aumento da violência no espaço Escolar fazem parte do dia a dia de dezenas de milhares de profissionais que trabalham nas Escolas estaduais espalhadas pelos 92 municípios do estado. Mas sucessivos governadores, inclusive o atual, Sérgio Cabral, sempre fecharam os ouvidos e as portas



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

para o diálogo com a categoria: a principal ferramenta para que se possa iniciar qualquer mudança no quadro trágico da rede estadual do Rio de Janeiro.

Hoje, em vez do diálogo, o governo do estado resolveu investir no modelo da meritocracia, que se baseia em avaliações periódicas e num sistema de bonificação para Escolas e profissionais "que produzem mais", como se as unidades de Ensino fossem fábricas, os profissionais, autômatos, e os Alunos, mercadorias. Os resultados não poderiam ser outros: o estado tem um baixo índice no Ideb (15ª colocação em 2011); redução de matrículas na rede pública e consequente aumento no setor privado. Uma pesquisa do Sepe, baseada em dados do Diário Oficial do estado, mostra que, de julho a outubro, sete Professores por dia pediram exoneração da rede.

Agora, a Secretaria de Estado de Educação anuncia que vai implementar um sistema de avaliação da categoria, colocando um "tutor" em sala de aula para fiscalizar os Professores. Com iniciativas como esta, o governo estadual tenta pôr a culpa nos Professores pelo fracasso da sua política educacional. Ao mesmo tempo em que planeja colocar fiscais nas salas de aula, o governo do estado fechou dezenas de Escolas supletivas e reduziu a grade curricular de 30 para 25 tempos semanais. Como melhorar resultados sob semelhantes condições?

Em 2012, os profissionais das Escolas estaduais não tiveram reajuste, conforme determina a Constituição estadual. Para o ano que vem, a proposta de Lei Orçamentária enviada para a Alerj também não prevê reajuste para a Educação. Por conta disto, o piso de um Professor estadual é de R\$ 1 mil - municípios muito mais pobres pagam mais do que isto!

Em setembro, o secretário de Educação, Wilson Risolia, foi até a Coreia do Sul para estudar o sistema educacional daquele país. Deveria ter ido à Finlândia, país europeu que tem um dos melhores resultados do mundo no setor, mantendo um sistema público, gratuito e de qualidade e que não aceita a utilização de nenhum dos métodos meritocráticos tão admirados por Risolia e pelo governador Sérgio Cabral. Segundo matéria publicada, recentemente, na revista "Seleções", os resultados educacionais naquele país são tão bons que a reprovação se tornou uma coisa obsoleta.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1 Santa Catarina	Editoria: Educação	Data: 12/11/2012
Assunto: Parte de escola pública desaba em Palhoça, na Grande Florianópolis		Página: Online



SANTA CATARINA



Parte de escola pública desaba em Palhoça, na Grande Florianópolis

Ocorrência foi na noite deste domingo (11), por volta das 23h40. Local já havia sido interditado pela Defesa Civil em maio deste ano.

Géssica Valentini Do G1 SC



Escola fica no Bairro Passa Vinte, em Palhoça (Foto: Guilherme Marques/RBS TV)

Na noite deste domingo (11), por volta 23h40, parte de uma escola desabou na Grande Florianópolis. A Escola Básica Estadual Vicente Silveira fica no bairro Passa Vinte, em Palhoça. De acordo com a Polícia Militar, o local já havia sido interditado pela Defesa Civil e não havia ninguém no momento do desabamento. A construção ficou completamente destruída.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

De acordo com o Diretor Geral da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) da Grande Florianópolis, Flávio Bernardes, o local foi interditado anteriormente porque havia o risco de desmoronamento. "A Defesa Civil já acreditava que isso poderia acontecer. Desde então, nós trabalhamos com projetos e em busca de recursos para viabilizar a construção de novas salas. Como não foi possível anteriormente, hoje [segunda-feira] a Secretaria da Fazenda já sinalizou que vai liberar os recursos para a construção", afirmou ele.

A interdição foi no início de maio deste ano, por causa de rachaduras e problemas na estrutura. Desde então, as aulas ocorriam em outras partes da escola. Neste domingo, após o desabamento, o Corpo de Bombeiros foi chamado para atender a ocorrência e fez o isolamento do local para evitar novos acidentes.